

# Ganhos com reforma fiscal podem chegar a R\$ 31 bi

Cálculos feitos pelo economista Raul Velloso mostram que o Governo tem chance de conseguir saldo extra de R\$ 3 bilhões

• Os ganhos com a reforma fiscal anunciada pelo Governo poderão chegar a quase R\$ 31 bilhões, segundo o economista Raul Velloso. O Governo previa aumentar sua receita em R\$ 28 bilhões com as medidas anunciadas. Mas, segundo Velloso, os cálculos feitos pelo Governo não consideraram o aumento da receita do INSS com a contribuição que será paga por instituições filantrópicas e outros segmentos que eram isentos. Essa medida foi anunciada antes da reforma fiscal e vai garantir uma contribuição de R\$ 1,3 bilhão.

Além disso, segundo o economista, a receita extra com a Reforma da Previdência, estimada pelo Governo, só considera nove meses porque prevê a possibilidade de uma carência de três meses para o início do pagamento da contribuição. Velloso refez também essa conta, considerando o período de um ano.

— Este cálculo do aumento das contribuições tem de ser anualizado. Se o Governo conseguir aprovar todas as reformas e manter o ritmo da redução dos juros, o ganho com a reforma fiscal

deverá ser de R\$ 30,9 bilhões — afirmou Velloso.

Entre 1995 e 1998, os gastos do Governo federal com a previdência pularam de R\$ 32,7 bilhões para R\$ 53,8 bilhões. No mesmo período, as despesas com programas gerais — que incluem saúde, educação, transportes e outros itens — passaram de R\$ 24,3 bilhões para R\$ 41,7 bilhões.

O economista afirmou que o Congresso já fechou um acordo com o Governo que vai garantir a aprovação do aumento da alíquota da Contribuição Provisória so-

bre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,38%. Com o imposto mais salgado, deverá ser conseguida uma arrecadação extra de R\$ 7,3 bilhões.

Raul Velloso acredita que, com esses ganhos extras, o Governo deverá reduzir suas despesas no próximo ano e conseguirá manter o déficit nominal em 4,7% do PIB, cumprindo a meta estabelecida no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Este ano o déficit nominal deverá ser de 7,7% do PIB.

O economista disse também

que, dificilmente, os estados brasileiros conseguirão saldar suas dívidas com a União.

— Acho que o Governo federal vai ter de acertar com os estados uma renegociação das dívidas e, até mesmo, considerar uma redução nos valores. Em troca, deve exigir que os estados façam a mesma reforma previdenciária que será adotada no âmbito federal — disse Velloso.

Além disso, os estados e municípios terão de demitir funcionários para reduzir a folha no longo prazo, segundo Velloso:

— O que os governos poderão fazer agora, no curto prazo, é criar ou aumentar as contribuições e adotar medidas fiscais mais rigorosas.

Raul Velloso disse que para que as medidas tenham o efeito esperado é preciso que o encolhimento do Produto Interno Bruto (PIB) não ultrapasse 1%. O economista participou ontem do seminário Ajuste Fiscal e seu Impacto nas Perspectivas da Economia Brasileira e no Cenário de Investimentos, promovido pelo Banco Pactual. ■